



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**A IMPORTÂNCIA DO ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO ESCOLAR E A SUA
EXECUÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
ORLANDO VENANCIO DOS SANTOS – CUITÉ - PB**

ALBERTINA DANTAS PEREIRA

Cuité – PB

2014

ALBERTINA DANTAS PEREIRA

**A IMPORTÂNCIA DO ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO ESCOLAR E SUA
EXECUÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
ORLANDO VENÂNCIO DOS SANTOS – CUITÉ - PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora:

Prof^a Terezinha Medeiros

Cuité – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

P436i Pereira, Albertina Dantas

A importância do orçamento democrático escolar e a sua execução na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Orlando Venâncio dos Santos - Cuité - PB [manuscrito] / Albertina Dantas Pereira. - 2014.

38 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Esp. Terezinha Medeiros, Pedagogia".

1. Democracia participativa. 2. Orçamento democrático. 3. Cidadania ativa. I. Título.

21. ed. CDD 350.005

ALBERTINA DANTAS PEREIRA

**A IMPORTANCIA DO ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO ESCOLAR E SUA
EXECUÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E
MÉDIO ORLANDO VENÂNCIO DOS SANTOS – CUITÉ - PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 06/ dezembro/ 2014

Banca Examinadora

Terezinha de Jesus Medeiros

Profª Especialista Terezinha Medeiros

UEPB

Ana Raquel P. de Ataíde

Profª Drª Raquel Ataíde

UEPB

Maria de Fátima Coutinho Sousa

Profª Mestre Maria de Fátima Coutinho Sousa

UEPB

AGRADECIMENTOS

A Deus, que com sua glória me mostra sua infinita bondade, dando-me força e coragem para enfrentar as adversidades da vida;

Aos professores, pelos conhecimentos transmitidos e o encorajamento contínuo.

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente. FREIRE (1997)

RESUMO

A Gestão Democrática vem ganhando destaque nas administrações públicas. Estudos têm enfatizado que essa prática possibilita aos cidadãos um exercício efetivo de sua cidadania, desenvolvendo nova cultura política e fortalecendo o Estado Democrático de Direito. O cenário global, nos últimos tempos, vem refletindo as mudanças econômicas e políticas que estão alterando a maneira como interagem os mais diversos agentes sociais e políticos. Este novo modelo de gestão pública desenvolve práticas participativas a exemplo do Orçamento Democrático, instrumento que se propõe a democratizar os espaços públicos, valorizando a participação, auxiliando o processo educativo do cidadão e a formação da consciência cidadã. Este trabalho objetiva analisar a importância do orçamento democrático dos recursos financeiros da EEEFM Orlando Venâncio dos Santos, cidade Cuité –PB, por meio de consciência política democrática. A hipótese é fundamentada na possibilidade da contribuição desse instrumento na educação para a cidadania, estimulando os novos atores políticos a se introduzirem em outros espaços de participação social, desenvolvendo a sua formação cidadã. Para o desenvolvimento da pesquisa fez-se uso da metodologia qualitativa e como técnica de pesquisa fez-se uso da pesquisa bibliográfica. A análise dos dados nos mostrou que apesar de se incentivar a participação dos alunos numa gestão democrática dos recursos financeiros recebidos pela escola em estudo, estes não demonstram muito entusiasmo em participar da Assembleia do Orçamento Democrático Escolar. Cabe ao gestor, juntamente com o presidente de conselho escolar, buscarem trabalhar a importância de que a escola não deve se limitar a um espaço de transmissão de conhecimento, mas na formação de indivíduos, para a construção de uma cidadania. Conclui-se que o Orçamento Democrático Escolar é um importante instrumento de democracia, é uma forma de se expor sugestões de toda a comunidade escolar, a respeito dos gastos financeiros que serão realizados pela instituição de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia participativa, Orçamento democrático, Cidadania ativa.

ABSTRACT

The Democratic Management is gaining prominence in public administrations. Studies suggest that this practice allows citizens an effective exercise of their citizenship , developing new political culture and strengthening the democratic rule of law . The overall picture in recent times has been reflecting the economic and political changes that are changing the way the most diverse social and political actors interact. This new model of public management develops participatory practices such as the Democratic budget , an instrument that aims to democratize public spaces , enhancing participation , helping the educational process of the citizen and the formation of social consciousness . This work analyzes the importance of the democratic budget of the financial resources of EEEFM Orlando Venancio dos Santos, city Cuité -PB through democratic political consciousness . The hypothesis is based on the possibility of the contribution of the instrument in education for citizenship , encouraging new political actors to introduce in other areas of social participation by developing their civic education. For the development of research made use of qualitative methodology and as a research technique made use of literature . Data analysis showed us that although it encourages the participation of students in a democratic management of funds received by the school under study, the students did not show much enthusiasm in participating in the Assembly of the Democratic school budget . But the manager along with the president of the school board to seek work the importance that the school should not be limited to an area of transmission of knowledge , but in the training of individuals for the construction of a citizenship . We conclude that the democratic school budget is an important instrument of democracy, it is a way to expose suggestions for the whole school community about the financial costs that will be held by the school .

KEYWORDS : participatory democracy , democratic budget , active citizenship

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Na sua escola tem Conselho Escolar?.....	30
FIGURA 2 - Você participa da Assembleia do OD escolar da sua escola?	31
FIGURA 3 - A direção acata as sugestões que são propostas no OD escolar pela comunidade escolar?	32
FIGURA 4 - Você tem conhecimento de quais são os recursos financeiros que sua escola recebe?.....	33
FIGURA 5 - Há prestação de contas disponibilizada para conhecimento da comunidade escolar e local?.....	34

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
CAPITULO I.....	13
2. CONTEXTUALIZANDO A GESTÃO DEMOCRÁTICA	13
2.1 Aspectos legais da Gestão democrática.....	13
CAPITULO II.....	15
3.CONCEITUANDO GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR.....	15
3.1 A Construção da Gestão Democrática	17
3.1.1 O Projeto Pedagógico.....	18
3.1.2 Regimento Escolar	18
3.1.3 Associação de Pais e Mestres.....	19
3.1.4 Conselho Escolar.....	19
3.3 Gestão Financeira dos Recursos	21
3.4 PDDE- Programa Dinheiro Direto na Escola.....	22
3.5 Recursos Financeiros Disponibilizados as Escolas Públicas	23
CAPITULO III	24
4. A ESCOLA ESTADUAL ORLANDO VENANCIO DOS SANTOS: PERSPECTIVA DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA DOS RECURSOS FINANCEIROS	24
4.1 Histórico da Escola	24
4.2 Assembleia do Orçamento Democrático Escolar na Paraíba	25
4.3 Organização da Escola	26
4.1.1 Espaço Físico.....	26
4.1.2 Caracterização da Comunidade.....	27
5. MATERIAL E MÉTODOS	27
5.1 Material.....	27
5.2 Metodologia	27
5.3 Universo da Pesquisa	28

5.4 Sujeitos da Pesquisa	28
5.5 Coleta de Dados.....	28
5.6 Instrumentos para Coleta dos Dados	29
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	29
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	36
ANEXOS.....	38

1. INTRODUÇÃO

Vivenciam-se dias diferentes na educação no tocante à questão financeira, já que a maioria dos recursos, oriunda do governo estadual e federal, é destinada de forma democrática diretamente para a administração da própria escola, através dos conselhos escolares. Com a meta de fazer uma gestão democrática não somente dos recursos que serão utilizados na gestão estadual, mas também nas escolas que compõem a rede estadual de ensino, o atual governo da Paraíba deu origem ao orçamento democrático escolar (OD), que é um instrumento pelo qual a comunidade escolar é convidada a participar de uma assembleia onde são repassadas informações a respeito dos recursos que serão destinados, no ano em exercício, para a manutenção pedagógica e financeira da instituição de ensino. Com isso, na assembleia é decidido sobre a melhor aplicação do dinheiro público através do recurso do PDDE Federal e PDDE Estadual.

Neste cenário, a discussão deste trabalho monográfico, cujo título é “A importância do orçamento democrático escolar e sua execução na Escola Estadual Orlando Venâncio dos Santos” tem com base teórica os autores: Luck, Alves, Rodrigues e outros. Tem-se como objetivo analisar a importância do orçamento democrático dos recursos financeiros recebidos pela Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Orlando Venâncio dos Santos, localizada em Cuité-PB, como forma de incentivar a participação nas tomadas de decisões.

Assim, este trabalho contou com três capítulos: no primeiro capítulo, fazemos uma contextualização da gestão democrática, falando dos princípios constitucionais do artigo 206, como também da LDB. O termo gestão democrática é amplamente discutido, pois este instrumento é de suma importância para a educação.

No segundo capítulo, conceituamos a gestão democrática escolar. O texto apresenta alguns relatos de autores, a respeito da discussão da importância de termos uma gestão escolar, pautada na busca de uma educação de qualidade. Como também, conceituamos a gestão democrática de acordo com alguns autores que foram indispensáveis para a concretização deste trabalho. Enfocamos também a construção da gestão democrática e dos princípios de como se dá a gestão financeira dos recursos recebidos pela Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Orlando Venâncio dos Santos.

No último capítulo, fazemos um breve histórico da escola em estudo e, em especial, como se dá a Assembleia do Orçamento Escolar. Assim, a metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa e quantitativa, através da aplicação de um questionário direcionado a professores, alunos e funcionários.

Os dados foram analisados e demonstramos através de figuras. A síntese de questionários aplicados por amostragem, nos três segmentos da comunidade escolar (alunos, professores e funcionários) da referida escola, enfocam a importância destes membros na hora da execução das ações propostas pela direção e o conselho escolar.

Neste sentido, este trabalho se justifica pela necessidade de conhecer como se dá a realização do orçamento democrático escolar dentro da escola em questão e como este processo vem contribuir para a construção do cidadão consciente e crítico e até que ponto o aluno se mostra parte deste processo. Muitos avanços já foram alcançados, mas muito ainda deve ser feito, pois de acordo com o resultado da pesquisa, os alunos não se mostram incentivados a participar de forma ativa para o fortalecimento da relação escola - aluno.

CAPITULO I:

2. CONTEXTUALIZANDO A GESTÃO DEMOCRÁTICA

2.1 Aspectos legais da Gestão democrática:

A Constituição Federal é o eixo norteador do sistema educacional brasileiro, com princípios que contemplam todo arcabouço da gestão escolar, buscando viabilizar políticas que possam contribuir para uma educação pública de qualidade no país.

Ao descrever a importância da democratização da educação, não podemos deixar de nos remeter à Constituição Federal de 1988, a qual figura como um grande marco na educação, nas décadas de 80 até meados da década de 90. Neste período, já se apontava a gestão educacional como meta para uma melhor qualidade educacional. Tal qualidade já dizia respeito ao caráter democrático, cooperativo, planejado e direcionado pelos princípios descritos no artigo 206 da Constituição. Vejamos abaixo:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Luck (2011, p.25.) enfatiza que é através destes princípios constitucionais que as pessoas têm a possibilidade de intervir na construção de políticas e na gestão das instituições escolares. Diz ainda que as pessoas precisam ter a consciência do importante papel que elas podem desempenhar na construção de uma escola democrática.

A LDB em seu art. 15 garante a autonomia escolar nos seguintes termos:

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos

graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL 1996, p.07).

De acordo com Leite (S/D), o artigo 18 da LDB enfatiza que a gestão escolar deve ser democrática, incentivando à participação da comunidade nas atividades educacionais. Ele ainda destaca que os principais incisos do referido artigo são:

A gestão democrática constitui princípio fundamental da organização e da administração das instituições públicas de ensino, compreendendo:

I - a existência de mecanismos de co-participação na gestão das instituições de ensino, com representação dos segmentos que a integram, incluídos, no caso das instituições destinadas à educação e ao ensino de crianças e adolescentes, os pais ou responsáveis;

1º - o cumprimento do disposto neste artigo dar-se-á com observância dos seguintes preceitos:

I - existência de órgãos colegiados e conselhos escolares, com competência sobre o conjunto de todas as atividades desenvolvidas pela instituição;

III - avaliação permanente da qualidade de serviços prestados e dos resultados das atividades educacionais oferecidas à sociedade;

V - utilização de métodos participativos para a escolha de dirigentes, ressalvado o provimento de cargos por concurso público;

VI - incentivo para a criação de associações de profissionais do ensino, alunos, ex-alunos e pais, além das de caráter acadêmico, assegurada sua participação nos processos decisórios internos das instituições. (LEITE, S/D, p.08).

Um grande avanço foi dado na busca de uma educação de qualidade que venha a contribuir para toda a comunidade escolar, pois as atividades desenvolvidas pelas instituições públicas de ensino visam uma maior integração de todos os envolvidos no processo educacional, na busca de uma educação de qualidade e democrática.

A escola não é um espaço somente para se aprender, mas também um espaço para se ensinar, quer por parte do aluno quer por parte do professor, afinal somos uma grande família, que busca alcançar o melhor, para que juntos tenhamos uma educação que venha trazer bons frutos.

CAPITULO II:

3.CONCEITUANDO GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR

Neste item, abordaremos a gestão democrática escolar, compreendendo que, para haver uma gestão participativa, as ações deverão ocorrer de forma articulada e interligando todos os segmentos: poder público e comunidade escolar, compreendendo esta como todos os sujeitos envolvidos na escola: direção, professores, alunos, funcionários e pais de alunos.

Para aprofundarmos a discussão nos apoiaremos em autores que se debruçaram sobre o tema, a fim de que nos auxiliem na conceituação das questões democráticas no âmbito da educação. Santos (2011) conceitua a gestão democrática com o ato de administrar e gerenciar uma instituição que incentive a participação de todos os envolvidos na construção de um processo educacional de qualidade.

Para Botler et al.(2012) a gestão democrática escolar tem sido bastante debatida no mundo contemporâneo, principalmente na busca de uma educação de qualidade que contribua para a construção de uma cidadania autônoma capaz de socializar a tomada de decisões no âmbito escolar, na busca de partilha de poder. A este respeito, o autor acima mencionado destaca:

Que uma educação de qualidade seja capaz de formar seus sujeitos para uma ação política comprometida com os interesses coletivos. A educação deve ser vista não apenas como um processo de formação de mão-de-obra para ser absorvida pelo mercado de trabalho, mas como um processo de formação da cidadania plena, que prepare sujeitos para participar ativamente de todos os espaços políticos o que inclui também entender a escola como um lugar de práticas sociais democráticas. (BOTLER, et al.2012 p. 05)

Para Botler et al.(2012) já não vivenciamos uma era em que o gestor escolar era o centro das decisões, quando era ele quem determinava todas as ações prioritárias da escola, agora temos que focar numa escola democrática, buscando fortalecer os laços entre gestão e comunidade escolar.

Segundo Neto (2008), numa gestão que se caracteriza como de qualidade, o aluno também deve ser entendido e tratado no espaço escolar, como sujeito capaz de opinar, participar, assim como os professores, funcionários e pais de alunos, isto é, toda a comunidade escolar. Sendo assim, a escola se torna um local onde todos estão envolvidos. Neste envolvimento, não se tem como desprezar a diversidade do pensar,

sentir e agir, próprio do caráter de uma instituição que agrega tantos personagens. A este respeito o autor em estudo relata que:

Trata-se, portanto, de fortalecer a participação da comunidade escolar e local para gerir a escola, descentralizando os processos de decisão e dividindo as responsabilidades. Neste sentido, o processo de gestão escolar ultrapassa a gestão administrativa, uma vez que procura motivar aspectos financeiros, pedagógicos e administrativos com intuito de proporcionar uma educação de qualidade (NETO. 2008, p.30).

Neto (2008) nos orienta que para se abrir novos caminhos no cenário educacional, faz-se cada vez mais necessário que a escola trabalhe de forma democrática, não somente nas reuniões pedagógicas, mas especialmente na tomada de decisões na hora de gerir os recursos financeiros que a instituição recebe, pois, assim, fortalece as relações no âmbito escolar. Incentiva os discentes a verem a escola não somente como um espaço de transmissão de conhecimento, mas como algo que vem fortalecer a relação social.

Ainda de acordo com NETO (2008), no âmbito da escola pública, a gestão escolar pode ser vista como uma atividade política que envolve ética, sendo um espaço que prevalece a dimensão individual e social. O gestor tem a função de gerenciar a instituição escolar, pois além de ser responsável pelo processo de formação humana em que estão presentes as relações humanas com a comunidade escolar como o todo, também tem a questão do patrimônio que precisa ser cuidado com responsabilidade e transparência.

A gestão democrática deve focar uma proposta pedagógica que esteja de acordo com a realidade da escola e não apenas ser baseada em uma elaboração individual de decisões, tomadas por um único autor. Neste aspecto, podemos tomar como exemplo a figura do diretor que estava habituado a tomar decisão, sem que as mesmas fossem compartilhadas por todos aqueles que estão inseridos no processo. Essas decisões que são partes de uma gestão democrática nos remetem ao pensamento do autor abaixo citado:

A gestão democrática da escola exige, em primeiro lugar, uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar. Mudança que implica deixar de lado o velho preconceito de que a escola pública é do estado e não da comunidade. A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam os seus dirigentes e gestores não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática pais, alunos, professores e funcionários assumem sua

parte de responsabilidade pelo projeto da escola. (GADOTTI, 1944, p. 2 apud SANTOS 2011, p.11-12).

Para Neto (2008), muitos avanços já foram alcançados quando falamos em gestão escolar democrática, no entanto muito ainda tem que ser feito, para que possamos atingir o estado pessoal e social de uma educação que traga bons frutos. O autor ainda destaca a importância da comunidade no cotidiano escolar, ressaltando que a parceria entre escola e setores da comunidade não devem isentar o Estado das obrigações.

Assim, a escola como qualquer outra instituição pública necessita de recursos financeiros para manutenções das estruturas físicas e pedagógicas da instituição. Neste cenário, o orçamento democrático escolar (OD) permite que a comunidade escolar participe, possibilitando efetivamente a participação de todos nas tomadas de decisões envolvidas no cotidiano escolar.

3.1 A Construção da Gestão Democrática

A gestão democrática é entendida como a participação efetiva de pais, educadores, alunos, funcionários da escola, com objetivo de dialogar quais ações são eficazes nas tomadas de decisões e funcionamento da escola. Assim, Paro define a gestão democrática:

A gestão democrática implica um processo de participação coletiva. Sua efetivação na escola pressupõe instâncias colegiadas de caráter deliberativo, bem como a implementação do processo de escolha de dirigentes escolares, além da participação de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do Projeto Político-Pedagógico e na definição da aplicação A gestão democrática implica um processo de na escola (2008, p.12).

A gestão democrática está diretamente associada à participação da comunidade principalmente na busca de um ensino de qualidade e que esteja de acordo com as necessidades apontadas pela escola. Não é simplesmente dizer que a escola precisa adquirir um bem ou não; precisa ver se este bem é necessário ou não à escola. Botler et al. (2011) destaca que para termos uma escola democrática é fundamental a criação de instrumentos e órgãos. Abaixo apresentaremos a caracterização de cada um deles.

3.1.1 O Projeto Pedagógico

O Projeto Pedagógico, na perspectiva de Botler et al. (2011), é um instrumento de grande relevância que as escolas devem dispor, para que possa planejar e organizar as atividades de ensino. É preciso que a escola seja um espaço que analise e reflita o papel social que ela tem desempenhado na atualidade, já que a escola é considerada o segundo lar dos educandos. Ela tem a importante missão não somente de educar mais de formar cidadãos. Isto deve estar presente nos objetivos e na missão enquanto instituição de ensino.

Para Souza (S/D,) a escola era um espaço para poucos, excluindo a grande maioria da população, mas com a Constituição de 1988 e a LDB grandes avanços foram alcançados, pois passa a garantir o acesso e a permanência do aluno na escola; a instituição passa a se preocupar com o sucesso de seus alunos. Neste contexto, Souza (S/D) enfatiza:

Devemos refletir na escola os valores culturais da comunidade e da cultura escolar, e delinear a proposta da escola a partir desta realidade. A história da cultura de uma escola depende de todos. Pois sem partilha não se cria uma cultura positiva para a escola. Assumir a escola e sua clientela, partilhando a história da construção de um projeto e tomar posse dessa história e de seus feitos, só assim estará contribuindo para a construção de uma proposta educacional sólida e coerente com as novas demandas da sociedade. (S/D. pag.7-8)

Portanto, o projeto pedagógico escolar deve ser elaborado a partir de uma visão democrática, isto é, com a participação de todos os profissionais da escola, de forma coletiva, onde todos possam vir a contribuir para uma sociedade mais justa, igualitária e cidadã.

3.1.2 Regimento Escolar

A respeito do Regimento escolar a autora Aparecida Alves destaca que:

O regimento escolar é um documento administrativo e também normativo, onde estão fundamentados os propósitos, princípios e diretrizes definidas tanto legislação geral dos pais, como também pela legislação educacional, discutido e aprovado por participantes da escola. (ALVES. 2011, pag.08)

Como toda instituição, a escola precisa estabelecer regras e normas para que seja considerado um espaço de boa convivência, impondo limites, direitos e deveres; isto deve estar estabelecido no regimento escolar.

3.1.3 Associação de Pais e Mestres

Alves (2011) enfatiza que, sendo a escola um espaço público, é necessário que tenha um grupo organizado com objetivos de participar, acompanhar e ajudar em todos os aspectos do sistema educacional, pedagógico, financeiro e administrativo.

Ainda citando a autora em questão, é de suma importância que os pais estejam engajados nas ações desenvolvidas na escola, pois este é o espaço em que seus filhos passam uma boa parte do seu dia e que eles vejam este espaço como algo que vem contribuir para a construção do seu futuro, enquanto cidadão. A associação de pais e mestres tem justamente este objetivo de ter os pais como agentes ativos na escola.

3.1.4 Conselho Escolar

Continuando com Alves (2011), que diz ser o conselho escolar um órgão do qual todos os membros da comunidade escolar fazem parte e sua eleição é realizada de forma democrática. Este é de suma importância. É o presidente do conselho escolar, juntamente com o gestor escolar, que é responsável pela compra e prestação de contas dos recursos que a escola recebe. Porém, constata-se que existe uma grande dificuldade de encontrar professor que queira ser presidente de conselho.

A descentralização nas tomadas de decisões no espaço escolar só é percebida quando o papel do gestor deixar de ser meramente burocrático e autoritário voltado para funções exclusivamente administrativas e financeiras, de forma a não atender às determinações dos órgãos superiores como eram os apadrinhamentos políticos e, sim, dar mais atenção a outras ações importantes como o planejamento participativo e a construção da proposta pedagógica da escola como assegura o artigo 14 da LDB, que nos alerta a respeito das normas de gestão pública democrática do ensino público da educação básica, no sentido que estas devem estar em conformidade com os seguintes princípios:

- I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II _ participação da comunidade escolar e local em conselhos.

É importante, ainda de acordo com a LDB (1996), o envolvimento da comunidade escolar, a fim de que o gestor compartilhe as decisões tomadas em coletivo ao invés de tentar resolver os problemas que diz respeito à escola como um todo, sozinho, já que este é um espaço de democracia. Para que esse engajamento venha realmente se concretizar é indispensável à criação e efetivação de espaços democráticos e representativos no interior da escola, como a criação de grêmios estudantis, conselhos de classe e também do conselho escolar, para que juntos esses significativos colegiados possam vir a se tornar ótimos aliados à direção da escola numa perspectiva de gestão democrática.

A escola é um espaço público, onde se faz cada vez mais necessário que seja um espaço agradável e atrativo a toda comunidade escolar.

Quando se pretende desenvolver um espaço escolar que trabalhe numa perspectiva de uma gestão democrática, a transparência em relação à aplicação dos recursos financeiros é um ponto importante a ser posto em prática. Neste caso, é necessário que haja na escola um conselho escolar atuante com efetiva representatividade e controle social mesmo que para isto seja necessário administrar alguns conflitos. Vejamos o que nos diz este teórico a respeito:

A representação é considerada como uma forma significativa de participação: nossas ideias, nossas expectativas, nossos valores, nossos direitos são manifestados e levados em consideração por meio de um representante acolhido como pessoa capaz de traduzi-los em um contexto organizado para este fim.(LUCK. 2011, p.41)

Quando a comunidade escolar tem uma efetiva participação em relação ao gerenciamento dos seus recursos financeiros, as chances de se priorizar ações que venham realmente a contribuir para o bom desempenho da escola são bens maiores. É necessária uma forte participação de todos os segmentos representativos da escola, desde a elaboração e aprovação do plano de aplicação desses recursos, acompanhamento de sua execução e, por último, a análise e aprovação da prestação de contas.

Assim, a direção juntamente com o conselho escolar estará percorrendo todas as etapas que se fazem necessárias para o bom desempenho dos recursos captados pela escola. A este respeito, podemos nos reportar ao que diz o estudioso abaixo:

A democracia, enquanto valor universal e prática de colaboração recíproca entre grupos e pessoas, é um processo globalizante que, tendencialmente, deve envolver cada indivíduo, na plenitude de sua personalidade. Não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-la. (PARO, 2008, p.25).

É indispensável, para que tenhamos uma gestão democrática, a incansável luta por uma educação de qualidade e que a escola seja um espaço democrático, onde exista uma boa relação entre a comunidade escolar, a fim de se construir o seu projeto pedagógico com a participação de todos os segmentos: alunos, pais, funcionários e professores, contribuindo para uma escola na qual todos sejam atores do processo de construção da democracia no interior da escola. Faz-se necessário também a garantia de espaços decisórios, fundamentados nos princípios da autonomia e da participação de modos que os sujeitos envolvidos nesse processo realmente sejam comprometidos com uma educação de qualidade.

3.3 Gestão Financeira dos Recursos

A gestão de recursos financeiros no contexto escolar está relacionada com a administração do dinheiro que a escola recebe para manutenção de suas atividades. Quando se trata de uma instituição pública, os recursos são originados de três fontes: governo federal, estadual e próprio.

Com a política de descentralização dos recursos destinados a manutenção da educação, o governo federal passa a ter uma política que propicia às escolas o recebimento, a gestão e a fiscalização dos recursos públicos, conhecida com o Programa de Manutenção e Desenvolvimento – PMDE. Em 1988 com Medida Provisória n 1.784, passou a ter a denominação de Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. No ano de 2008, ocorre uma expansão do PDDE, com meta de atingir diversas modalidades da educação.

3.4 PDDE- Programa Dinheiro Direto na Escola

O PDDE consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especialmente mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica (BRASIL, 2006).

Os recursos são repassados uma vez por ano e seu valor é calculado com base no número de alunos matriculados na escola, no exercício anterior, de acordo com o resultado do Censo escolar. O recurso destina-se à aquisição de materiais de bens de custeio e capital, de acordo com a classificação definida pela Portaria 488 da Secretaria do Tesouro Nacional. É depositado numa conta corrente que é aberta pelo FNDE em nome da Unidade Executora Escola UEX, e só poderá ser movimentado conjuntamente com gestor e presidente de conselho. Neste contexto, Silva destaca que as ações que são financiadas pelo PDDE que recebem respaldo financeiro, são (BRASIL, 2006):

1. Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE ESCOLA: tem como objetivo melhorar a gestão nas escolas que não apresentaram desempenho satisfatório do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB do exercício anterior, voltado exclusivamente para atender as necessidades detectadas pela escola. Para isto, será realizado um plano de atendimento voltado para melhorar o IDEB.

2. Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI: as escolas do ensino médio da rede pública que desejam implantar o programa do PROEMI precisam fazer a adesão ao referido programa e também fazer um plano de atendimento, que será encaminhado para análise e aprovação da Secretaria Estadual de Educação Básica do MEC, só assim as escolas poderão receber o recurso. Neste programa, a escola tem a oportunidade de desenvolverem novas práticas do ensino médio regular.

3. Funcionamento das escolas nos finais de semana: com objetivo de atender às necessidades da comunidade local, para isto tem que fazer a adesão da escola aberta, para receber verbas para funcionamento nos finais de semana que custearão as atividades educativas e criativas.

Assim, as escolas precisam administrar muito bem os recursos recebidos. É com estes recursos que elas irão poder manter a parte física e pedagógica da instituição. Por isto, se faz tão importante que se tenha um orçamento democrático, para que possam

decidir qual a melhor forma de executar o recurso, uma vez que este só será disponibilizado uma vez por ano.

3.5 Recursos Financeiros Disponibilizados as Escolas Públicas

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE é o órgão responsável pela transferência dos recursos financeiros para a manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE (BRASIL, 2006) em caráter suplementar, assim as escolas recebem estes recursos, visando à melhoria da infraestrutura física e pedagógica, de modo a:

- Contribuir para uma educação básica de qualidade;
- Incentivar a autonomia administrativa e participativa da comunidade escolar na unidade de ensino, com propósito de tornar a instituição uma organização que propicie um ensino de qualidade.

CAPITULO III

4. A ESCOLA ESTADUAL ORLANDO VENANCIO DOS SANTOS: PERSPECTIVA DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1 Histórico da Escola

De acordo com o Projeto Pedagógico, a escola EEFM. Orlando Venâncio dos Santos surgiu da necessidade de atender uma demanda populacional urbana em expansão no município de Cuité-PB, pois até a década de 1970 havia na cidade apenas uma Escola Estadual de 1ª a 4ª série. Para dar continuidade aos seus estudos a comunidade tinha que ir para uma escola da rede particular. Através da Lei 5.125 de 09 de outubro de 1970, é publicado no Diário Oficial da Paraíba Fundação Ginásio Estadual de Cuité. A nova escola começou a funcionar no prédio do Instituto América, doado pelo diretor para esse fim. Porém, as atividades escolares só tiveram início em março de 1971, oferecendo inicialmente as 04 séries do antigo ginásio. Em 1977, por determinação do então Governador Ivan Bechara, cria-se o Ensino de 2º Grau (SOBRINHO, 2008)

Com a Lei 5.962/71 da LDB passa a denominar-se de Escola Estadual de 1º e 2º de Cuité. Só foi na década de 1990, em homenagem ao antigo diretor do Instituto América de Cuité que passa a se denominar Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Orlando Venâncio dos Santos. A partir do reordenamento realizado em 2012, passa a funcionar na instituição apenas o ensino médio, sendo que no diurno a escola funciona em tempo integral, com a modalidade Ensino Médio Inovador e noturno Ensino Médio Regular. Assim, os alunos passam a maior parte do seu dia na escola, inclusive almoçam (SOBRINHO, 2008).

Com a implantação do Ensino Médio Inovador a escola recebe recurso especificamente para atender aos programas desenvolvidos pelos professores e alunos, buscando uma maior relação social no espaço escolar, de forma democrática. Este recurso é liberado através do PDDE, e deve atender ao um plano anteriormente elaborado, obedecendo aos critérios do FNDE para a execução do programa.

4.2 Assembleia do Orçamento Democrático Escolar na Paraíba

A gestão democrática vai muito além do processo de eleição direta para o gestor escolar, mas podemos considerar a forma mais democrática e participativa, pois oferece oportunidade de participação de todos os segmentos da comunidade escolar e, portanto, maior respaldo na legitimidade da expressão coletiva. A partir daí, cabe então o acompanhamento de todas as ações pedagógicas e administrativas do gestor por parte da comunidade escolar e de maneira direta e representativa através dos membros que compõem o Conselho Escolar, que para ser realmente efetivo e representativo deverá observar os princípios de paridade e da representatividade de toda a comunidade escolar. Vejamos o que diz o autor abaixo a esse respeito:

...a prática colegiada deve ser capaz de elevar o nível de formação intelectual, técnica e política, não só de professores, mas também, dos seus alunos e dos pais, a fim de que todos assumam o seu papel de corresponsáveis na tarefa da educação. (RODRIGUES.1986, p.79).

Devem ser considerados alguns aspectos relevantes, para que a gestão escolar se firme como uma gestão escolar democrática, entre elas pode-se citar a descentralização das tomadas de decisão, transparência quanto ao gasto dos recursos financeiros e a qualidade da educação oferecida.

Com objetivo de estimular a prática e a gestão escolar, o governo da Paraíba juntamente com a Secretaria Estadual de Educação dá início, no ano de 2011, a uma nova fase na educação paraibana na busca da assegurar a participação coletiva na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas, incentivando a democratização e o controle social, através da Assembleia do Orçamento Democrático Escolar – OD escolar que é um importante instrumento no qual toda a comunidade escolar é convidada a participar das decisões sobre a melhor forma de execução dos recursos financeiros recebidos pelas escolas.

O ciclo do OD escolar é marcado por três momentos importantes:

- Etapa preparatória: este é o momento em que ocorre a preparação e mobilização da escola com objetivo de organizar as atividades que serão realizadas ao longo do ano;
- Assembleia geral: este é o momento em que ocorre a assembleia com a participação de toda a comunidade escolar, na qual serão apresentados os relatórios de execução financeira e pedagógica do ano anterior, em consonância com o Projeto Pedagógico (PP), (PDDE) Programa Dinheiro Direto na Escola a serem repassados e

investidos neste ano. O mais importante nesta etapa é a comunidades escolar presente dá sua opinião a respeito das propostas apresentadas, se eles estão de acordo ou se tem alguma sugestão a respeito da execução dos recursos financeiros. Esta é uma forma de fortalecer os laços entre a comunidade e escola;

➤ Depois de cumprir com as duas primeiras etapas e a execução dos recursos, nesta etapa a escola vai apresentar para a comunidade escolar a prestação de contas de tudo que foi adquirido pela escola com base no recurso recebido.

A cada vez mais a escola vem demonstrando um importante papel na gestão democrática escolar, principalmente quando se trata da execução dos recursos financeiros. Esta é uma realidade de todas as escolas da rede estadual de ensino na Paraíba.

4.3 Organização da Escola

4.1.1 Espaço Físico

A escola possui uma área territorial de 7.105m², dividida em 03 pavilhões distribuídos da seguinte forma: 1º pavilhão, 01 sala para direção, 02 salas para secretaria; 01 sala para professores; 01 sala para a coordenação pedagógica; 01 laboratório de informática para professores; 05 salas de aulas; 01 sala para educação especial; 06 banheiros; 01 almoxarifado. O 2º pavilhão possui: 01 laboratório de informática para uso dos discentes; 01 sala de multimídia; 06 salas de aulas; 03 banheiros. O 3º pavilhão possui: 01 biblioteca; 01 laboratório de ciências; 01 área coberta para refeição; 01 almoxarifado; 01 cozinha/dispensa; 01 pátio livre e 02 corredores. As salas são amplas, arejadas e bem iluminadas. A conservação, em geral, é boa, graças ao trabalho de conscientização de alunos e comunidade, visando à preservação do patrimonial público.

A EEEFM. Orlando Venâncio tem dado um grande passo numa gestão democrática, pois a escola tem um gestor que foi escolhido através de eleições, com a participação de toda a comunidade escolar. Isto não é uma realidade da maioria das escolas pertencentes a 4ª GRE, na qual apenas 03 escolas, de um total de 24 escolas, têm um processo eleitoral no qual a comunidade tem a liberdade de escolher seus representantes.

4.1.2 Caracterização da Comunidade

Cerca de 70% da comunidade escolar, formada por alunos, é de residentes na cidade de Cuité. Outra parte advém da zona rural e alguns do município de Nova Floresta. Os alunos, na sua maioria, são de famílias consideradas de baixa renda.

Hoje, muitos alunos da rede particular também procuram a escola, devido à importância que a mesma tem assumido nos resultados nos últimos tempos, a exemplo dos resultados satisfatórios do ENEM e dos vestibulares dos quais os seus alunos participam.

A escola mantém um bom relacionamento com a comunidade, apesar disto não é grande a participação da mesma nas atividades desenvolvidas pela escola, restringindo-se a um número pequeno de pais que buscam a participação da vida escolar dos seus filhos. Assim sendo, a escola constantemente procura organizar eventos nos espaços escolares, incorporando manifestações culturais, palestras educacionais, criando momentos de integração escola-comunidade. Com objetivo de fortalecer esta relação e também uma gestão democrática dos recursos captados pela escola, a partir de 2011, o então governo da Paraíba implanta o Orçamento Participativo, OD escolar. Atualmente, a escola conta com um público de: 42 professores, sendo 23 efetivos e 19 contratados, 23 servidores, sendo: efetivos 02, contratados 21 e 817 alunos.

5. MATERIAL E MÉTODOS

5.1 Material

Para a realização deste trabalho foi utilizado dados bibliográficos, aplicação de questionários, fotografias, imagens, representando o espaço geográfico, análise dos resultados e elaboração final do trabalho.

5.2 Metodologia

Os procedimentos metodológicos, utilizados para a realização deste trabalho, têm como ponto de partida uma pesquisa qualitativa, objetivando analisar como se dar o processo de gestão democrática dos recursos financeiros recebidos pela EEEFM. Orlando Venâncio, através dos governos federal e estadual. Também foi utilizada uma

pesquisa quantitativa, a partir da qual foi realizada uma análise das respostas obtidas através de gráficos.

Para subsidiar o trabalho, inicialmente, o instrumento utilizado foi uma pesquisa bibliográfica descritiva, pesquisando livros, revistas e material impresso e disponíveis na internet. Neste aspecto, Gill (1999) nos diz que a pesquisa bibliográfica se dá através estudos publicados especificamente em livros e artigos científicos, exatamente o que realizamos para fundamentar a pesquisa.

5.3 Universo da Pesquisa

A pesquisa foi realizada na EEEFM. Orlando Venâncio dos Santos, localizada a Rua: 15 de Novembro, S/N, Cuité, que tem como gestora a Professora Maria do Socorro, vice-diretoras: Jailda Farias e Sandra Dantas, 23 funcionários, 42 professores e 817 alunos. Atualmente, a escola oferece a modalidade de ensino médio inovador –PROEMI, e vem passando por uma reforma na parte física da escola, além da construção de laboratórios de Biologia, Matemática e Química.

5.4 Sujeitos da Pesquisa

Para executar a pesquisa proposta, aplicamos questionários com perguntas de múltiplas escolhas, com alunos, professores e funcionários da escola em estudo. No total, foram pesquisados 60 pessoas de 06 turmas, no horário diurno e noturno da escola em questão. Essa população consta de 51 alunos do ensino médio, 04 funcionários e 05 professores. Os dados foram tabulados e analisados e discutidos através de gráficos como mostraremos abaixo.

5.5 Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada a partir dos resultados expressos nos questionários aplicados com alunos das turmas: 1º A; 1ºG; 1º H; 3º B do turno diurno; 2º E; 2º D do noturno, como também funcionários e professores da escola EEEFM. Orlando Venâncio. Como também foram realizados estudos bibliográficos, através de livros e trabalhos obtidos através da internet.

5.6 Instrumentos para Coleta dos Dados

Foi aplicado um questionário entre professores, alunos e funcionários, com questões de múltipla escolha, a partir das quais os participantes puderam responder sobre as questões que dizem respeito à gestão democrática escolar.

No total, foram 06 turmas, sendo 04 do turno diurno e 02 do noturno, na qual os entrevistados não precisavam se identificar, pedimos que apenas colocassem a turma em que estudavam.

Expliquei que o objetivo do instrumento de pesquisa era para um trabalho de conclusão do curso de especialização e que a escolha do tema foi justamente por trabalhar mais diretamente com os recursos financeiros recebidos pela escola.

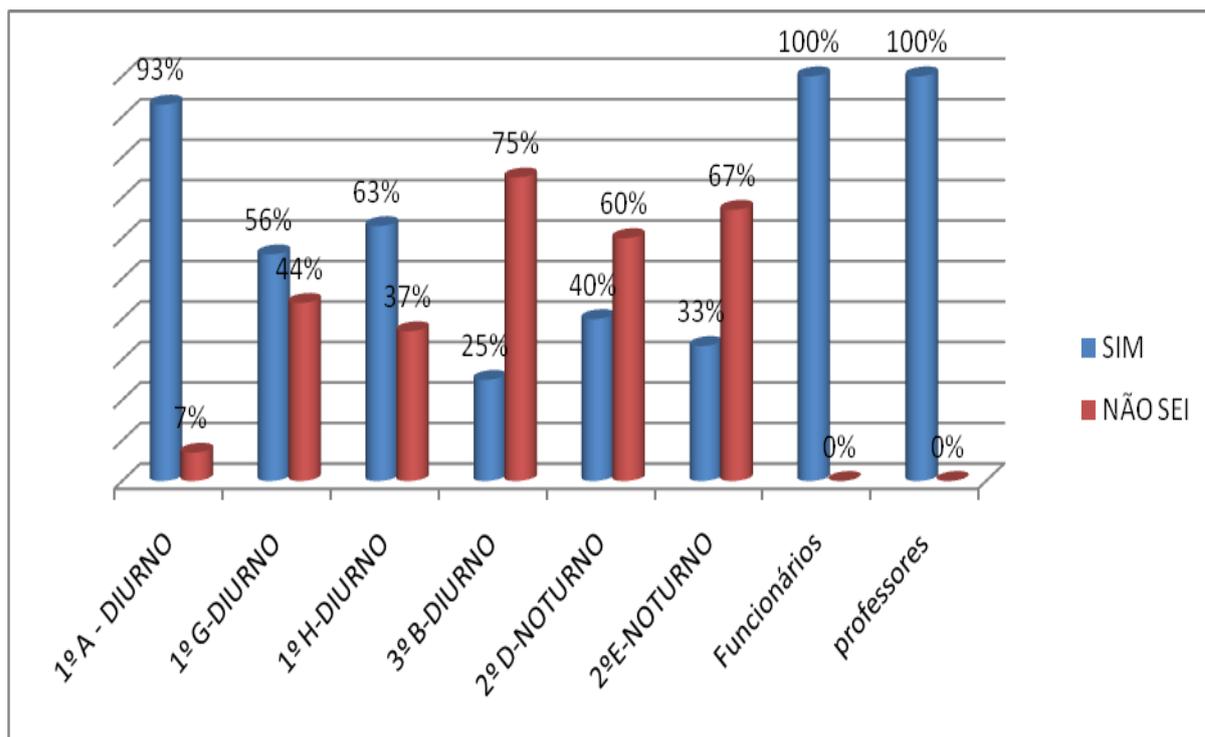
Quando analisadas as respostas dos questionários, sendo feitas as análises através dos gráficos, reconhecemos um avanço no processo democrático nas escolas, mas ao mesmo tempo aponta para uma participação apática dos alunos com relação ao orçamento democrático escolar.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram aplicados questionários por amostragem nos três segmentos da comunidade escolar da Escola Estadual de Ensino Médio Orlando Venâncio dos Santos (alunos, professores e funcionários). Os questionários foram aplicados de forma aleatória, perfazendo uma amostra de 60 entrevistados, num total de 51 alunos, 05 professores e 04 funcionários distribuídos da seguinte forma:

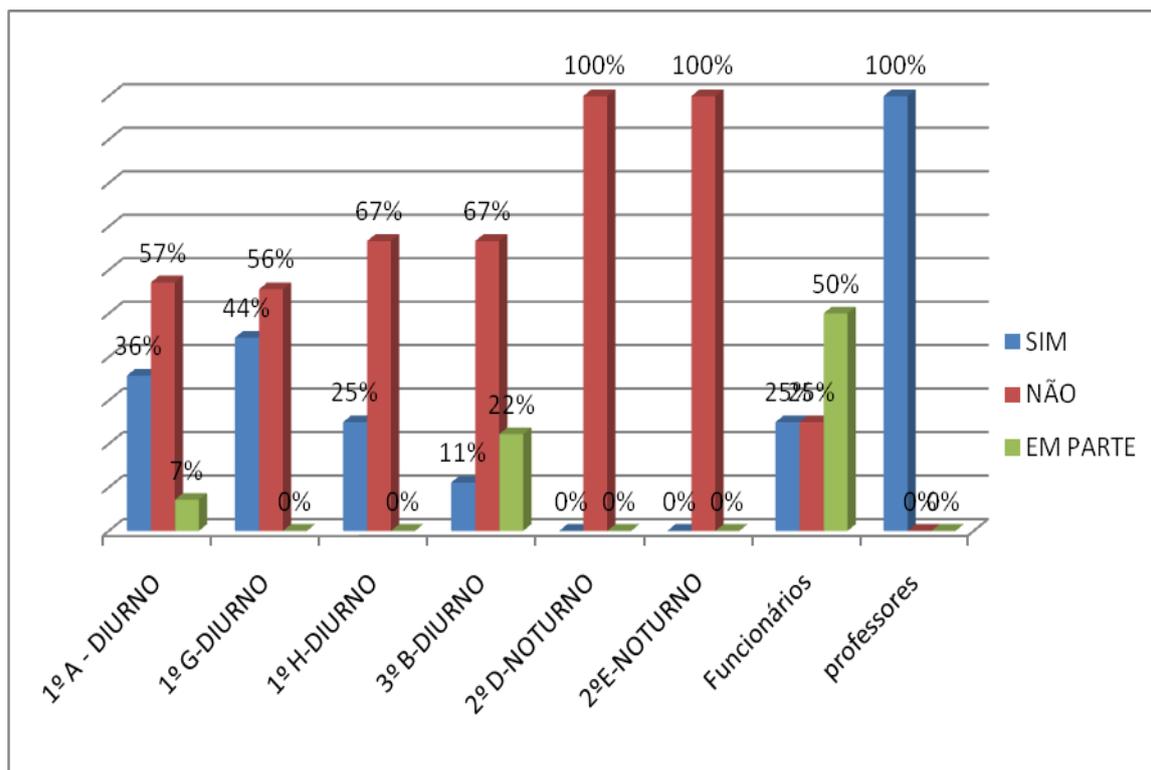
TURNO	ALUNOS						funcionários	professores
	DIURNO				NOTURNO			
Turmas	1° A	1° G	1° H	3° B	2° E	2°D		
questionários	14	9	8	9	6	5	4	5

Nosso objetivo era diversificar, enquanto a aplicação dos questionários, não limitando a uma só turma e também turno para termos respostas de acordo com a realidade de todos os alunos. As perguntas foram as mesmas, tanto para alunos, funcionários e professores.

Figura 1. Na sua escola tem conselho escolar?

Fonte: Respostas dos questionários aplicados entre alunos, professores e funcionários.

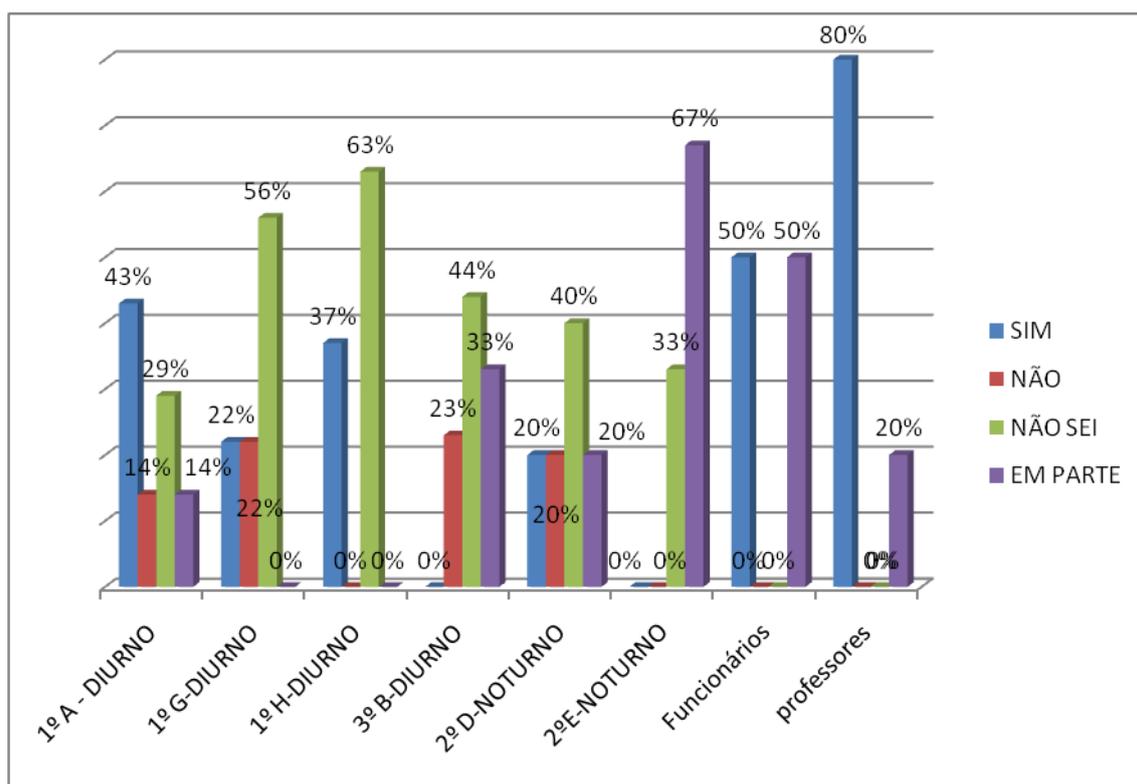
É certo que, ao analisarmos o gráfico, verificamos que os professores e funcionários que participaram da pesquisa estão bem informados a respeito da existência do conselho na escola. Já os alunos a situação não é muito satisfatória a respeito da existência do órgão, apenas na turma do 1º A 93% dos alunos sabem da existência do órgão. Já na turma do 3º D, 75% dos alunos dizem não saber se existe conselho escolar. É necessário que a gestora, juntamente com os membros do Conselho Escolar, faça uma explanação com os alunos da instituição a respeito da existência e a importância deste órgão, principalmente quando estamos vivendo numa gestão democrática, em que todos devem ter conhecimento das ações desenvolvidas pela comunidade escolar.

Figura 2. Você participa da Assembleia do OD escolar da sua escola?

Fonte: Respostas dos questionários aplicados entre alunos, professores e funcionários.

Percebe-se que todos os professores participantes da pesquisa estiveram presentes na Assembleia do Orçamento Democrático, já os funcionários, só 50% participaram, já com relação ao alunado, foram poucos os que participaram. Como a Assembleia foi realizada durante o período diurno, nenhum aluno da turma noturna esteve presente no evento. A equipe responsável pela organização da assembleia precisa criar atividades inovadoras, para que os alunos se interessem a participar neste momento tão importante que é a tomada de decisão com relação ao que a escola deve adquirir com os recursos recebidos. Muitas vezes os discentes reclamam que não participam das tomadas de decisões, mas eles mesmos são omissos na hora em que muitas decisões são tomadas.

Figura 3 - A direção acata as sugestões que são propostas no OD escolar pela comunidade escolar.

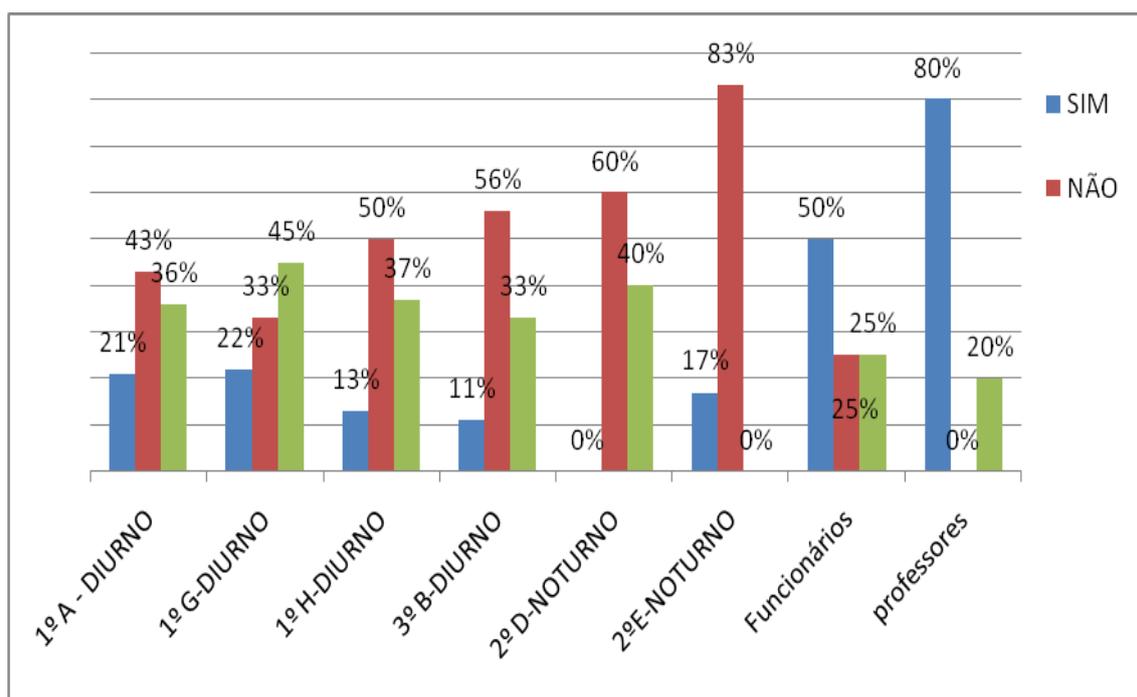


Fonte: Respostas dos questionários aplicados entre alunos, professores e funcionários.

Com relação à pergunta acima, 80% dos professores responderam que a escola acata as sugestões. Já quando partimos para as respostas da maioria dos alunos entrevistados, eles não sabem se as suas sugestões são acatadas. Esta é uma questão mais fácil de ser respondida pelos professores e funcionários, pois são eles que mais sabem das necessidades da escola, na aquisição dos bens ou materiais. Muitas vezes os alunos dão sugestões que estão fora do contexto das necessidades apresentadas pela escola. Este recurso é para atender a demanda material pedagógico, expediente e material permanente.

Constatamos certa incoerência por parte desse segmento escolar, nas turmas do 2º D e 2º E, ao afirmarem no questionário 3, quando perguntados se a direção acata as sugestões apresentados no OD escolar, se no item anterior eles afirmaram que não participaram da Assembleia. Se eles não estavam presentes no evento consequentemente, não apresentaram sugestões, a resposta mais lógica era dizer que não sabiam se a sugestão foi acatada.

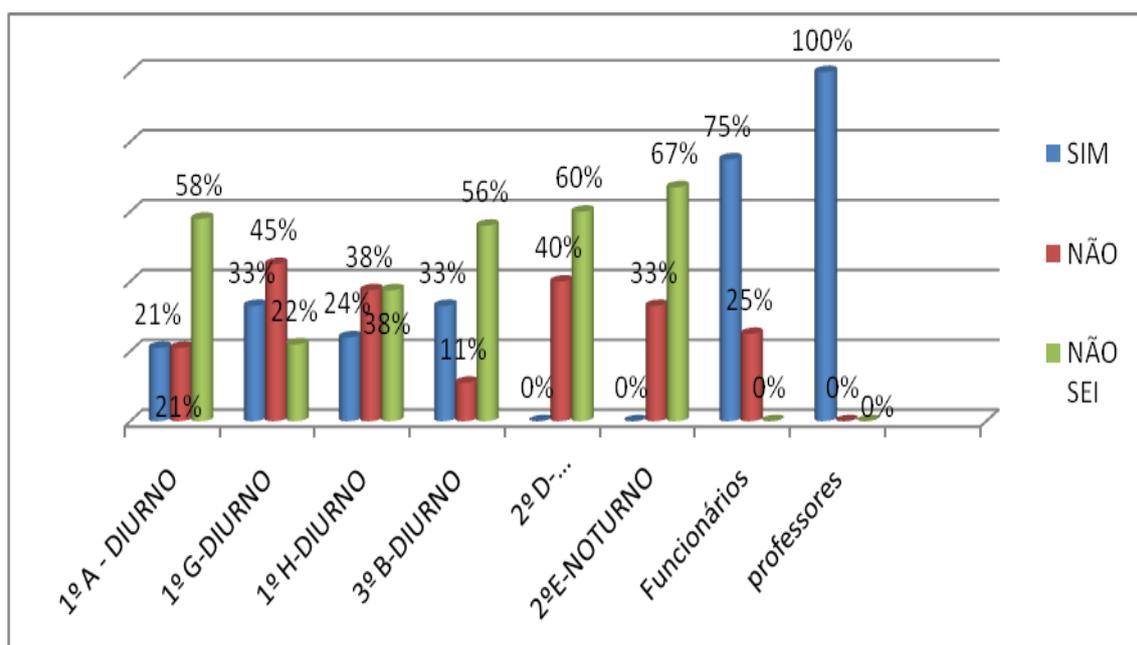
Figura 4 - Você tem conhecimento quais são os recursos financeiros que sua escola recebe?



Fonte: Respostas dos questionários aplicados entre alunos, professores e funcionários.

Com relação à pergunta da figura acima, podemos observar que uma boa parte dos alunos não sabe quais são os recursos que a escola recebe. Os próprios funcionários da instituição e professores não sabem todos os recursos que a escola tem a sua disposição, para manutenção da instituição. Até que ponto, podemos considerar que a escola vive em tempo de democracia? O que muitas vezes dificulta esta relação é a omissão por parte do gestor e presidente do conselho em repassar para toda a comunidade quanto à escola recebe e como este recurso pode ser gasto. Só 80% dos professores e 50% dos funcionários sabem exatamente quanto à escola dispõe para suprir suas necessidades pedagógicas, manutenção e serviços. A situação mais crítica com relação à questão em estudo são as turmas do 2º D e 2º E, pois todos responderam que não sabem quanto à escola recebe em termos de recursos financeiros.

Figura 5. Há prestação de contas disponibilizada para conhecimento da comunidade escolar e local?



Fonte: Respostas dos questionários aplicados entre alunos, professores e funcionários.

Ao analisarmos a figura acima, percebemos um problema sério em relação às respostas dos alunos do noturno que em sua totalidade não tem conhecimentos sobre as disponibilidades das prestações de contas. Já os alunos do turno diurno, em sua maioria, também não sabem. Entre os funcionários apenas 25% responderam que não têm acesso à documentação. Já os professores todos responderam que sim, tem conhecimento da prestação de contas. Vale salientar que as prestações são documentos públicos da escola e têm que ficar à disposição da comunidade escolar. Por outro lado, também tem a falta de interesse dos alunos em averiguar as prestações de contas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, neste estudo, que precisamos ter a clareza de que as práticas de gestão autoritárias e isoladas nas escolas públicas, de todo país, deverão ser substituídas por práticas coletivas e bem articuladoras, numa perspectiva de gestão democrática. É que almejamos a construção de uma sociedade mais justa e menos excludente, tendo a educação como a base de formação de verdadeiros cidadãos críticos e conscientes do seu papel nessa sociedade.

Na busca de uma gestão democrática que envolva toda a comunidade escolar, faz-se necessário o engajamento de todos, no processo de democratização das ações escolares, principalmente dentro da instituição de ensino, onde todos devem contribuir para uma educação de qualidade. Assim, Filho destaca que desde “Constituição de 1988, gestão democrática do ensino pública se constitui com um princípio constitucional (S/D, p.3)”.

Ao incentivar a comunidade escolar a participar na tomada de decisões, na hora de execução dos recursos financeiros recebidos pela escola, estamos abrindo espaço para o fortalecimento das práticas democráticas dentro da escola. O aluno precisa ser visto como agente ativo neste processo. Pois através de suas sugestões, serão tomadas decisões que serão executadas pelo gestor e o presidente do conselho escolar, já que estes membros são responsáveis pelos gastos dos recursos.

Mesmo com toda a preocupação dos responsáveis pela assembleia do orçamento democrático escolar em convidar, principalmente, os alunos a participarem deste momento tão importante, como podemos analisar nas respostas dos questionários aplicados aos alunos, eles ainda não tem a conscientização de como eles também são parte integrante deste processo.

Consideramos, portanto, que a gestão democrática é uma prática a ser vivenciada por todos que fazem parte da instituição escolar, para a democratização das tomadas de decisões, possibilitando a efetiva participação de toda a comunidade escolar. Pois a gestão democrática nada mais é do que um processo a ser construído coletivamente sendo necessário rompermos com velhas estruturas arcaicas e autoritárias que, infelizmente, ainda assustam ou inibem as pessoas de exercerem o seu papel cidadão na escola, na vida e na sociedade em que vivemos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Aparecida. CALDEIRA, Rafaella Assis. SANTOS, Jussara Resende Costa Santos. **A Relevância da Gestão Escolar Democrática na Melhoria da Qualidade do Ensino em uma escola pública de Unaí-MG. IV EDIPE - Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino.** 2011. Disponível em: <http://www.ceped.ueg.br/anais/ivedipe/pdfs/didatica/co/202-442-1-SM.pdf> Acesso em: 20 ago.2014.

AMARAL, Ana Lúcia. Et al. **Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens/** Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira (organizadora). 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação-MEC. **Módulo PDDE/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.** Secretaria de Educação a Distância- 2.ed., atual. Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei Federal nº 9394/96.** Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em :28 jul.2014.

BOTLER, Alice Miriam Happ. LIMA, Melania Santos de. DIAS, Viviane Alves. **Gestão Democrática: implicações da participação da comunidade para a melhoria da organização da escola.** 2012. Disponível em: http://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2012.1/gesto%20democratica.%20implicacoes%20da%20participacao%20da%20comunidade%20para%20a%20melhoria%20da%20organizacao%20da%20escola.pdf. Acesso em: 20 ago. 2014.

FILHO, Júlio Mesquita. **A Gestão Democrática da Educação.** UNESP- Universidade Estadual Paulista. Disponível em: http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/37/3/D03_AGestao%20Democratica%20Ed.-Palma.pdf . Acesso em: 01 set.2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999. Disponível em: https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 05 jan.2014.

LEITE, Acenilia de Oliveira Feliz. **Princípios da gestão escolar democrática-** Disponível em: <http://www.redentor.inf.br/arquivos/pos/publicacoes/04122012Acenilia%20de%20oliveira%20Felix%20Leite%20-%20TCC.pdf> Acesso em: 04 ago.2014.

LUCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola.** 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Série Cadernos de Gestão.

_____, Heloisa et al. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. 5.e.d. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

NETO, Manoel Dionizio. **A Gestão Escolar sob Diferentes Olhares-** Campina Grande: EDUFPG,2008.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública.** Editora Ática. 3 ed. São Paulo, 2008.

RODRIGUES, Niedson. **Por uma Escola:** O Pensamento e o Transitório em Educação. Editora: Cortez, São Paulo,1986.b.

SANTOS, Christiane Soní Costa da Cunha. **Gestão da escola pública:** desafio para a consolidação de uma educação democrática e participativa. Faculdade Redentor .Departamento Nacional de pós-graduação e atualização. Três Rios 2011. Pág. 01 a 20. Disponível

em:<http://www.redentor.inf.br/arquivos/pos/publicacoes/27112012TCC%20Christiane%20Soni%20Santos.pdf>. Acesso: 30 set.2014.

SOBRINHO, José Pereira. **Cuité em Detalhes,** 2008.

SOUZA, Genival Nunes de. **Gestão Democrática Escolar:** reflexões e desafios. Sem Data. Pág. 01-15 Disponível em:<http://cefort.ufam.edu.br/dialogica/files/no7/Vol07-04-Gestao_Democratica_Escolar_reflexoes_e_desafios.pdf pág. 01 -15>. Acesso: 20 ago. 2014.

ANEXOS

**I - FORMULÁRIO DO QUESTIONÁRIO APLICADO POR AMOSTRAGEM
AOS MEMBROS DA COMUNIDADE ESCOLAR DA EEEFM. ORLANDO
VENÂNCIO DOS SANTOS.**

1. Na sua escola existe Conselho Escolar?

R. () Sim () Não () Não Sei

2. Você participa da assembleia do orçamento democrático da sua escola?

R. () Sim () Não () Em Parte

3. A direção acata sugestões dos membros da comunidade escolar?

R. () Sim () Não () Em Parte () Não Sei.

4. Você tem conhecimento quais são os recursos financeiros que sua escola recebe?

R. () Sim () Não () Em Parte

5. Há prestações de contas disponibilizada para a conhecimento da comunidade escolar e local?

R. () Não () Não sei

FOTO 1: Alunos participando do OD (Orçamento Democrático), juntamente com a Gerente Regional Maria das Graças e a Presidente do Conselho Escolar Lúcia Lucas.



Fonte: Fotos adquiridas através do acervo fotográfico da EEEFM. Orlando Venâncio dos Santos

Foto 2: Exposição das propostas para conhecimento dos alunos e da comunidade escolar;



FONTE: Fotos adquiridas através do acervo fotográfico da EEEFM. Orlando Venâncio dos Santos

Fotos 3 e 4: Alunos participantes do OD.



FONTE: Fotos adquiridas através do acervo fotográfico da EEEFM. Orlando Venâncio dos Santos.